

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OLAVO BILAC E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: O ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA DO POETA NA BUSCA POR LEGITIMIDADE

Lara Coletto
Mestranda CNPq - PUCRS
lara.coletto@acad.pucrs.br

INTRODUÇÃO

Durante o período que corresponde à ditadura civil-militar brasileira percebemos uma intensa preocupação dos ideólogos e governantes em angariar apoio popular. Temos, então, como ponto de partida a ideia de que um regime de cunho autoritário não conseguiria manter-se, por 21 anos, apenas através da violência. E, para tanto, outros métodos foram criados, com a prerrogativa de que esses instrumentos não poderiam soar apenas como impostos à sociedade. Nesse sentido, se fazia necessário elencar uma figura compreendida enquanto um herói nacional, que conseguisse exprimir a necessidade de união entre civis e militares. Para tanto, Olavo Bilac foi levado à enquanto um "exemplo de cidadão consciente de seus deveres frente a sociedade" (MAIA, 2014, p.91).

Essa inserção¹ se deu através de festas cívicas que buscavam comemorar o centenário do poeta, no ano de 1965 e, também, o aniversário de sua morte em 1968. Dessa maneira, percebemos que Olavo Bilac foi enquadrado² pela ditadura e passou a ser reconhecido como Patrono das Forças Armadas, sendo símbolo da união entre civis e militares pela proteção do Brasil. A justificativa para incluir o poeta no rol dos heróis nacionais se explicava através de sua participação justo ao Estado brasileiro, na busca por construir a soberania nacional.

Dessa maneira se faz necessário compreender os atos em vida, do poeta, para que possamos compreender a legitimidade de tal enquadramento.

Em vida, Olavo Bilac foi um dos idealizadores da Liga de Defesa Nacional (LDN) e o principal propagador das ideias elaboradas por essa entidade. A Liga surgiu em 7 de

¹ É importante lembrar que essa prática de reinserir os chamados "grandes homens" do passado foi uma prática costumeira. A ditadura civil-militar fez uso de diferentes comemorações de cunho cívico e, através delas, buscou construir a coesão social em torno de seu governo. Como exemplo, temos o Sesquicentenário da Independência, no ano de 1974, onde foi construída uma festa em nível nacional, com a passagem do corpo de D. Pedro I pelas capitais brasileiras.

² Aqui nos utilizamos do conceito de enquadramento de memória desenvolvido por Michael Pollak, no qual o autor diz que "O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro." (POLLAK, 1989).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

setembro de 1916, no Rio de Janeiro, porém, tem como marco inicial o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito em São Paulo, ainda no ano de 1915. A LDN buscava construir um caráter apatidário, sendo assim, o presidente da república em exercício seria também, o presidente da entidade, além de constituir-se em uma agremiação mista, ou seja, composta tanto por militares como por civis.

Sua criação tinha como ponto de partida a necessidade de mobilizar a burguesia para o Serviço Militar Obrigatório (SMO), dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A formação da LDN se coloca também no contexto brasileiro nos anos de 1916, tendo em vista o fato de que a República Brasileira era relativamente jovem e necessitava de uma série de modificações para que se consagrasse. O Brasil tinha como características sua vasta extensão territorial e uma grande heterogeneidade cultural que, de certo modo, dificultava um poder executivo centralizado.

É nesse contexto que um grupo de intelectuais brasileiros - civis e militares - passaram a debater a necessidade de um Exército Nacional bem estruturado. A principal justificativa para essa proposta era de que o Exército era a única instituição verdadeiramente nacional e, naquele momento, havia grande demanda para a questão nacionalista. Sendo assim, nos anos de 1915 e 1916, Olavo Bilac proferiu uma série de discursos em diversas cidades brasileiras tendo como objetivo difundir ideais cívicos caros ao contexto apresentado acima.

Dessa forma, Olavo Bilac torna-se um grande vulgarizador de ideias, como citado por Hansen (2016, p.406), devido ao fato de levar esses debates muitas vezes limitados a grupos intelectuais, a outros setores da sociedade. A proposta de Bilac constitui-se em uma pedagogia cívica³, visto a grande importância da inserção do debate nacionalista na vida social do Brasil, ou seja, não sendo apenas exclusividade do mundo político e intelectual. Sua figura, mesmo em vida, foi carregada por um enorme capital simbólico, sua participação na vida política do país foi de grande importância sendo retomada em vários outros momentos sempre em função de usos políticos para construir legitimidade para diferentes governos.

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) iniciou-se o processo de enquadramento da memória de Olavo Bilac às necessidades do Estado. Esse processo se dá

³ Como referência usamos os debates propostos por Patrícia Hansen em sua tese de doutorado, no qual a autora disserta sobre a necessidade de educar a população em um contexto de grandes mudanças sociais. Para isso foi necessária "a promoção de novos hábitos, atitudes, sentimentos e virtudes apresentados como 'bons', em oposição aos anteriores que passam a ser vistos como 'atrasados' ou 'maus'." (HANSEN, 2007, p.11).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tendo como ponto de partida o grande potencial simbólico da figura do poeta, como já citado acima, mas também, o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a necessidade de convocar os cidadãos brasileiros a lutarem na Europa. É nesse período também que, o dia de nascimento do escritor torna-se o Dia do Reservista (16 de dezembro).

A instauração dessa comemoração cívica está relacionada ao enquadramento da figura de Olavo Bilac aos usos políticos. Antes desse período as comemorações relacionadas ao poeta circulavam apenas pelas instituições às quais Bilac esteve vinculado, como a LDN e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas efemérides passaram a fazer parte do calendário nacional e buscavam construir um elo entre militares e civis frente a proteção dos interesses da nação. É perceptível que, a partir de 1939, o debate do soldado-cidadão, principal foco dos discursos e ações de Olavo Bilac e da LDN, deslocou-se da ideia de um povo em armas, para passar a significar a lealdade e defesa de um governo com teor autoritário.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, iniciou-se novo processo de enquadramento da memória de Bilac. O centenário de Olavo Bilac ocorreu durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente-ditador da ditadura civil-militar. Essa comemoração foi anexada ao calendário estatal e uma série de eventos ocorreram, como a concessão do título de Patrono das Forças Armadas à Olavo Bilac, sendo ele o primeiro civil a fazer parte do panteão. Na data de sua morte, em 1968 ocorreu também a reedição da obra *A Defesa Nacional*, contendo uma série de apresentações que modificam a leitura da produção de Bilac tendo em vista a necessidade de legitimação da ditadura.

Durante esse período, são também publicadas novas obras biográficas sobre Olavo Bilac. Consideramos que tais trabalhos foram essenciais para a difusão de um novo ideal de cidadania, atrelado ao conceito de civismo. Dessa forma, aqui serão analisadas três dessas produções, sendo duas de militares e uma de um membro da ABL. A primeira, produzida no ano de 1968 pelo general Moacir Araújo Lopes, intitulada "Olavo Bilac, o homem cívico"⁴. A segunda produzida por Adelino Brandão, também membro das Forças Armadas, intitulada

⁴ A obra contém 24 páginas que buscam tratar das instituições, da juventude e da importância do civismo, além de comentar certos aspectos da vida de Olavo Bilac, como seu serviço patriótico e suas relações familiares. Da página 25 a 45, segue-se anexos, entre poemas de Bilac e os decretos-lei que instauram o Dia do Reservista e deram o título de Patrono das Forças Armadas ao poeta. A obra se assemelha à uma apostila sobre os deveres do cidadão, com avisos frequentes sobre posturas e ideologias que devem ser afastadas do âmbito familiar. Traz como maior exemplo de patriotismo a figura de Olavo Bilac, a qual deve ser seguida pela população brasileira para que o país se desenvolva.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

"Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista e o patriota"⁵ e lançada em 1969. A última, produzida em 1974 por Raymundo Magalhães Júnior e intitulada "Olavo Bilac e a sua época"⁶.

CIVISMO E CIDADANIA DURANTE A DITADURA

A cidadania é um fenômeno complexo e historicamente datado. É, inclusive, extremamente ligado às identidades nacionais, já que, para que um sujeito se compreenda enquanto cidadão deve sentir-se pertencente àquele território, partilhando com os demais integrantes dessa unidade um idioma, uma cultura, uma história, heróis e símbolos comuns a todos. Porém, de outro lado, a cidadania é composta também por direitos, desdobrados em direito civil, direito social e direito político. Aquele que for possuidor dos três configura-se como um cidadão pleno.

Sendo assim, "[...] os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei" (CARVALHO, 2018, p. 15). Os direitos políticos "se referem à participação do cidadão no governo da sociedade [...] consistem na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado" (CARVALHO, 2018, p. 15). Já os direitos sociais são aqueles que "garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria" (CARVALHO, 2018, p. 16).

A ordem da explicação sugere também uma lógica na conceção de tais direitos e, conseqüentemente, na formação das sociedades. Dos direitos civis, aos políticos e por fim, aos sociais, o processo deveria ser lento e gradual, sendo assim, a fixação dos mesmos resultaria

⁵ Esse livro é resultado de um concurso intitulado "Serviço Militar" do ano de 1968, porém é publicado apenas em 1969. Essa obra foi encomendada pelo Ministério do Exército e deveria falar sobre os seguintes temas: "1- Bilac: sua figura como intelectual e como homem; 2- A campanha cívica de Bilac. O papel do poeta na institucionalização do Serviço Militar; 3- Atual legislação do Serviço Militar: flexibilidade da legislação, visando a compatibilizar a prestação do Serviço Militar com as atividades estudantis; Deveres do cidadão quanto ao alistamento e à Convocação para o Serviço Militar Inicial; Deveres do reservista. (Adelino Brandão, 1969, p.9)" O livro se assemelha a uma apostila dedicada à juventude, principalmente aquela que irá ingressar no Serviço Militar. Conta sobre a vida do poeta, sobre a lei do Serviço Militar Obrigatório e sobre sua flexibilidade, enfatizando a possibilidade de os jovens ingressarem também em cursos de nível superior.

⁶ Sua extensa obra busca trabalhar diversos aspectos da vida de Bilac, mas de maneira mais humanizada. O "homem cívico" é trazido durante a obra, porém, não trata esse aspecto como único e mais importante na vida do poeta.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na formação e consolidação da cidadania nos países modernos. A falta de um desses direitos acabaria por gerar arbitrariedades, dificultando os processos de formação desses núcleos.

Podemos pensar que quando ocorre uma inversão na concessão de tais direitos, modifica-se também, o modelo de cidadania. Carvalho (2018, p.17) aponta para o cenário brasileiro, lembrando de que forma a cidadania do país se constituiu a partir de uma lógica que priorizava os direitos sociais em detrimento dos demais, alterando a lógica de uma cidadania plena que possuía como modelo o exemplo inglês.

Ao direcionarmos o olhar para o Brasil dos anos de 1964 que vivia uma ditadura liderada por militares, perceberemos como a cidadania brasileira coexistiu com o regime autoritário. Tatyana de Amaral Maia (2013a) postula que

A instauração de um regime autoritário, a partir do golpe de 1964, alterou profundamente a perspectiva de cidadania, redesenhando a compreensão do acesso dos cidadãos aos seus direitos constituídos. Ao lado da montagem de um aparelho repressor, a ditadura promoveu políticas educacionais e culturais com o objetivo de formar um novo cidadão e extirpar da sociedade aquilo que consideravam as “ideologias alienígenas” presentes na sociedade brasileira contemporânea. (MAIA, 2013a, p.1)

Para tanto, os grupos ligados ao governo ditatorial (podemos dizer aqui, os grupos intelectuais, primordialmente) utilizaram-se da história para divulgar um modelo de cidadão ligado às suas demandas. Nesse sentido, o civismo surgiu como uma ferramenta importante nessa construção, já que intensificava um certo modelo de cidadania que buscase coexistir de maneira harmônica com os ideais conservadores da ditadura, inclusive, deles partilhando.

Nessa intensificação e em uma "reinvenção" (MAIA, 2013a, p.4) da história pátria, a figura dos chamados heróis nacionais emergem na intenção de colocar certas normas de conduta enquanto uma característica verdadeiramente nacional. É nesse sentido que vemos ressurgir novas leituras e uma apropriação da imagem de Olavo Bilac durante a ditadura civil-militar. Maia acrescenta que "Olavo Bilac tornou-se uma personagem-símbolo do civismo nos anos de chumbo, sendo reverenciado como exemplo de cidadão consciente de seus deveres perante sua comunidade" (MAIA, 2013a, p.2) e, é dentro dessa mesma leitura que surgem as obras biográficas aqui analisadas.

Em primeiro momento, se faz importante compreender o que se entendia na época enquanto cidadania e civismo para que então possamos compreender a ligação de Bilac e desse modelo defendido pelo regime.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na obra "Pequena enciclopédia de moral e civismo" produzida em 1967 pelo Pe. Fernando Bastos de Ávila que fazia parte da Campanha Nacional do Material de Ensino e que visava ser um material de consulta para os jovens do segundo ciclo do nível médio, postula no verbete "cidadania" que esta seria

[...] o pleno gozo de todos os direitos civis e políticos do cidadão de um país. [...] Conhecer a Constituição, especialmente no capítulo relativo à nacionalidade e cidadania, ter consciência plena dos direitos e responsabilidades inerentes ao gozo da cidadania, procurar difundir esse conhecimento na comunidade - eis alguns aspectos importantes para a conquista da maturidade política do nosso povo. (ÁVILA, 1967, p.76)

Já o cidadão era aquele que

Na plenitude de sua força, entretanto o termo ["cidadão"] conota a ideia de uma participação consciente e voluntária dos deveres e dos direitos cívicos. É plenamente cidadão brasileiro aquele que cumpre seus deveres para com a Pátria, natural ou adotiva e que sabe respeitar os direitos que ela lhe confere. Aquele que se identifica de tal modo com a Pátria, que faz seus os problemas dela, e que, em última análise, dá a sua vida cívica o sentido de uma colaboração ao progresso e engrandecimento da mesma. (ÁVILA, 1967, p.76-77)

Na obra intitulada "Olavo Bilac: o homem cívico" do general Moacir Araújo Lopes de 1968 percebemos que Bilac é descrito enquanto um homem possuidor das características de um verdadeiro cidadão. Na página de número 16, em tópico que visa tratar da infância do poeta e de sua juventude Lopes escreve que Bilac, desde muito jovem compreendia que seu dever enquanto cidadão estava diretamente ligado à renúncia. "Tendo o pai na guerra, durante cinco anos, criou-se em ambiente de renúncia, vivida pela Pátria" (LOPES, 1968, p.16).

A guerra aqui descrita é a Guerra do Paraguai, na qual, o pai de Bilac serviu enquanto médico. As linhas que se seguem ao trecho citado acima trazem uma crônica do poeta que conta das incertezas da época, do medo que rondava as famílias daqueles que abdicaram de suas casas e vidas na luta pela Pátria. Ao lembrar as histórias da guerra contadas por seu pai, Bilac escreve: "o entusiasmo ascendia-nos a face, dava-nos ao sangue rufos de febre e aprendíamos a amar a Pátria, admirando aqueles que por ela morriam. Assim, nascemos, assim crescemos" (BILAC apud LOPES, 1968, p.17).

Esse trecho assinala a importância das histórias nacionais como forma de educar as novas gerações dentro de preceitos bem específicos. Bilac, com os relatos da guerra, tornou-se um verdadeiro cidadão, amando seu país. Maia (2013a) frisa que a ditadura civil-militar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

brasileira utilizou-se da história nacional de muitas maneiras buscando, como finalidade a manutenção da ordem:

Além da história, geografia e literatura pátria ensinadas nos bancos escolares era fundamental a encenação desses artefatos através de um conjunto de práticas educativas que complementassem a formação do jovem cidadão como, por exemplo, a organização e distribuição dos Calendários Culturais, as comemorações públicas de efemérides, as publicações paradidáticas e os manuais financiados pela Fundação Nacional do Material Escolar, FENAME. (MAIA, 2013a, p.4)

Nesse sentido, as obras biográficas de Bilac aqui analisadas constituem-se, também, em práticas educativas com a finalidade de complementar a formação dos jovens enquanto cidadãos. Contam a história de um intelectual brasileiro que, compreendendo-se enquanto cidadão, cumpriu seu dever com a Pátria e buscou estruturá-la, inclusive através da educação cívica dos jovens. O exemplo histórico torna-se sinônimo de cidadania e serve de modelo para a sociedade brasileira dos idos de 1960.

Percebemos então, que o conceito de civismo e cidadania se confundem. A enciclopédia produzida pelo pe. Ávila nos diz que o civismo se caracteriza enquanto uma

[..] atuação consciente e esclarecida do cidadão, no seio da comunidade, através do cumprimento dos seus deveres de cidadania e do seu esforço em contribuir para o progresso e engrandecimento de sua Pátria. Caracteriza-se por uma atitude ativa de interesse e participação nos problemas da comunidade. Não é o gozo pacífico dos direitos assegurados por lei e a aceitação resignada dos deveres impostos também por lei, mas a vigilância permanente e a ação constante para que se consigam: obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores sociais positivos, repressão aos elementos ou fatores sociais negativos, incentivo aos jovens para desenvolvimento harmonioso e sadio de sua personalidade, colaboração nas obras sociais e iniciativas que visem o bem-estar humano, e tantas outras formas de pôr, a serviço da comunidade, as experiências, habilidades, capacidades e dons que se é portador. (ÁVILA, 1967, p.81)

Nesse mesmo sentido, Lopes (1968) apresenta uma definição mais concisa de "civismo". Em página não numerada que precede o início da obra do general, encontra-se um triângulo que visa tratar dos três pilares que compõem o civismo, cada elemento é, pelo autor, explicado:

- 1 - CARÁTER - com base na moral, originária da ética, tendo como fonte DEUS (Constituição do Brasil, Preâmbulo).
- 2 - AMOR À PÁTRIA - e às suas tradições, com capacidade de renúncia.
- 3 - AÇÃO - intensa e permanente, em benefício do BRASIL. (LOPES, 1968, n.p)

O homem cívico era possuidor de um caráter muito bem definido, o amor à pátria possibilitava respeitar a história de seu país porém, poderia renunciar àquilo que não acreditava

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e que impossibilitasse o desenvolvimento da nação, por fim, deveria agir pelo bem-estar nacional, através de atitudes que buscassem manter a ordem estando atento a "obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores sociais positivos, repressão aos elementos ou fatores sociais negativos, incentivo aos jovens para desenvolvimento harmonioso e sadio" (ÁVILA, 1967, p.81), entre outros atos citados acima.

Através do exemplo de Bilac, estas características buscam ser exaltadas. O verdadeiro cidadão é aquele que ama a Pátria, sendo assim, Bilac era um

Poeta "que tocava a sensibilidade do povo", poeta "cujos versos eram repetidos de cor nas escolas, nos salões, nas rodas boêmias". BILAC era também um "coração inflamado de orgulho patriótico", tanto quanto uma inteligência sempre atenta "aos aspectos objetivos da vida brasileira."(BRANDÃO, 1969, p.40-41)

Amava a Pátria e a Pátria o amava, declamando seus versos em todos os lugares e, como um verdadeiro homem cívico, estava sempre atento aos rumos que o país seguia, preocupado com o desenvolvimento de sua terra.

Brandão, assim como Lopes, é um militar que produz uma obra de cunho biográfico para o primeiro civil a compor o Panteão dos heróis das Forças Armadas. Em seu livro intitulada "Olavo Bilac e o Serviço Militar", o escritor busca construir uma obra que chegue aos jovens do gênero masculino com idade a ingressar no serviço militar. Se faz interessante relembrar que, durante os anos de chumbo, os jovens tornaram-se um grupo importante de resistência ao regime e, até mesmo, uma preocupação para os dirigentes da ditadura.

Tendo isso em mente, a citação a seguir se faz importante analisar:

Ao lado de Patrocínio, na "Cidade do Rio", BILAC regozijou-se com a queda do regime Imperial. Mas quando a república descambou-se para a autocracia florianista, enveredando por caminhos anti-democráticos, opôs-se à ditadura, o que lhe valeu diversas prisões, ao longo de três anos de perseguições políticas. (BRANDÃO, 1969, p.37)

O trecho possibilita relembrar os discursos que legitimaram o golpe: a ideia de um perigo iminente que possibilitaria a tomada de poder pelo comunismo, que, para os articuladores e apoiadores do regime significaria o fim dos ideais democráticos e a instauração de uma ditadura de cunho comunista. Mais uma vez, ressurge Bilac como um protetor da nação, rompendo com todo e qualquer regime autoritário e aos ideais antidemocráticos. A juventude brasileira da época, por uma proximidade maior com ideologias de diferentes matizes, tornou-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se o alvo de uma série de políticas educacionais, e para tanto, o trecho acima busca inculcar certas ideias através da proteção da democracia brasileira

Raymundo Magalhães Jr., o único biógrafo civil, dentre as obras aqui analisadas, vai de encontro com as palavras de Brandão. Magalhães Jr. traz a versão de Bilac mais humanizada, inclusive como possuidor de escolhas certas e erradas e que amadureceu e aprendeu a reconhecer seu lugar na sociedade. Magalhães Jr. escreve as seguintes palavras:

O rebelde se convertera. E revelava, como cronista, preocupações altamente progressistas e patrióticas, forradas de tal espírito cívico que não se coadunam com a figura da anedota que espíritos fantasistas e imaginosos pintaram com as tintas do pitoresco, exagerando a nota, enfeitando a realidade, ou, antes, deturpando-a e dourando a vida boêmia que, em grande parte, desaparecera no fim do século passado e nos primeiros anos deste. (MAGALHÃES JR., 1974, p.266)

Foi, através de seu amor à pátria que Bilac relegou os erros ao passado e buscou, através de seus dons de fala e escrita, lutar pelo engrandecimento do Brasil, tendo como finalidade maior, a realização de um futuro de progresso e desenvolvimento.

Porém, agora se faz importante lembrar que a cidadania moderna é, na verdade, composta por direitos: civil, político e social. Ao longo dessa análise podemos perceber que, em todas as postulações contemporâneas à ditadura civil-militar, a questão dos direitos aparece de maneira singela, enquanto se dá maior ênfase à características como: amor a pátria; educação moral dos jovens; ação contínua em prol da manutenção de um certo modelo de sociedade, entre outros.

Podemos então, concluir que, em momentos de crise política, o civismo sobressaia a cidadania. Maia (2013b) postula que

O civismo, ao incorporar o otimismo, organizou o aparato discursivo e ideológico nacionalista-conservador em torno do projeto autoritário dos governos militares. O civismo, neste caso, sobrepõe-se à cidadania moderna por desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; por limitar a capacidade de organização política coletiva; por aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores nacionais superiores. A defesa desses valores superiores absolutos, por princípio imutáveis e responsáveis pela existência da sociedade, legitimava ações coercitivas que limitavam a liberdade individual, esta última sacrificada em nome de um bem considerado maior que os cidadãos: a Nação. Aliás, a função social do cidadão estava bem definida: ele era o agente responsável pela proteção desses valores; ao romper com esse dever, perdia também seus direitos políticos e sociais, ou seja, deixava de ser cidadão; tornava-se um subversivo. (MAIA, 2013b, p.188-189)

Dessa maneira, a figura de Olavo Bilac surge como uma ferramenta importante para a conformidade de um modelo específico de cidadão, que legitima o golpe a partir de uma lógica

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que busca justificar a retirada dos direitos em prol da manutenção da pátria. Ao cumprir tais demandas e aceitar certas restrições, o sujeito se torna um verdadeiro cidadão e, ao reconhecer tais atos naquele que foi considerado o mais patriota dos homens - Olavo Bilac -, compreende tais renúncias como pertencentes à identidade do cidadão brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho, buscou-se demonstrar que a ditadura civil-militar brasileira preocupou-se em criar mecanismos diversos para conseguir legitimidade para seu governo. A força repressora foi um dos instrumentos mais perversos utilizados pelo governo ditatorial, porém, não foi o único. A educação cívica tendo como base a busca por aceitação permeou diferentes espaços sociais. Para a juventude, as disciplinas de Educação Moral e Cívica foram de extrema importância, porém, era necessário também articular sentimentos na população que já não mais integrava os bancos escolares.

Os usos das grandes figuras do passado foram, dessa maneira, um importante instrumento na busca por reacender uma memória pátria e os sentimentos advindos da sensação de pertencimento. As biografias foram, então, uma maneira eficaz de levar aos diferentes grupos sociais com acesso a esses livros, uma ideia conservadora de proteção da nação. Lembrava-se, a partir das obras biográficas, os atos em vida daquele que foi considerado o mais cívico dos homens. Para tanto, as postulações de Bilac contribuem de maneira geral para a legitimidade da ditadura, inclusive no que tange a capacidade das Forças Armadas em proteger o país.

Aqui buscamos nos focar no civismo e na abdicação dos direitos em prol da proteção do território, economia e cultura brasileira. Os atos em vida, os discursos, as cartas e também as crônicas produzidas por Bilac são levadas à população não através de uma mera manipulação do real. Percebe-se que a ditadura soube apreender o real e organizá-lo de uma maneira que melhor alcançariam as demandas de seu governo. O medo de uma "ditadura" de cunho comunista fez com que, aqueles que acreditavam em tal prerrogativa compreendessem como necessária a abdicação de seus direitos básicos em prol da proteção da pátria.

As obras de Bilac e o enquadramento de sua memória por intelectuais e militares intensificou uma educação de cunho cívico que servia às demandas dos militares que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

articularam o golpe e que faziam parte da estrutura do governo ditatorial. As obras aqui apresentadas foram mais um dos diferentes instrumentos utilizados pela ditadura civil-militar na busca por abafar possíveis conflitos com a sociedade civil. Bilac, então, serviu como elo, principalmente por não estar mais no mundo dos vivos e não poder direcionar os debates acerca de sua imagem.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Fernando Bastos de, padre, (org.). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: FENAME, 1967.
- BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar*. Rio de Janeiro: s.n., 1969.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24 edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- HANSEN, Patrícia dos Santos. A defesa Nacional de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico republicano dos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960 In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia dos Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- LOPES, Moacir Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1968.
- MAGALHÃES JR., Raymundo. *Olavo Bilac e a sua época*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: o conhecimento histórico ensinado e seus usos políticos na ditadura civil-militar (1969-1985). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013a.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013b. p. 182 - 206.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.67, p. 89-109, 2014.